

DOI: <https://doi.org/10.4322/aletheia.016>

Mulheres em diáspora: a presença árabe-palestina na fronteira Brasil-Uruguai

Márcia Esteves de Calazans

Emilia Piñeiro

Resumo: O presente artigo analisa os fluxos migratórios de mulheres palestinas para a fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, tendo como lócus de pesquisa, a fronteira seca das cidades gêmeas de Chuí/Chuy, separadas por uma mesma avenida. Tem o foco em analisar o fluxo migratório ou de migração e as relações de gênero baseadas no protagonismo das mulheres palestinas. Para tanto, além da revisão bibliográfica sobre migrações internacionais e a sua relação com a visibilidade das mulheres, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas em profundidade com mulheres de três gerações migratórias do fluxo oriundo da Palestina, que teve início em meados de 1948 com a criação do Estado de Israel. Portanto, trata-se de um estudo de caso, a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e descritiva.

Palavras Chave: Migração. Mulheres Palestinas. Multiculturalismo. Fronteira.

Women in diaspora: the arab-palestinian presence on the Brazil-Uruguay border

Abstract: This article analyzes the migratory flows of Palestinian women to the border between the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay, taking as its research locus the dry border of the twin cities of Chuí/Chuy, separated by the same avenue. It focuses on analyzing the migratory flow or migration and gender relations based on the protagonism of Palestinian women. To this end, in addition to the bibliographical review on international migration and its relationship with women's visibility, a total of seven in-depth semi-structured interviews were carried out with women from three migratory generations of the flow from Palestine, which began in mid- 1948 with the creation of the State of Israel. Therefore, this is a case study, based on qualitative, exploratory and descriptive research.

Keywords: Migration. Palestinian women. Multiculturalism. Border.

Introdução

Esta pesquisa resultou em uma ampla análise acerca da realidade e das singularidades da migração de mulheres palestinas que atualmente residem na fronteira Brasil-Uruguai, englobando as características peculiares de viver e conviver em uma cidade binacional, separada por uma avenida e por ser reconhecida pelo bom convívio e integração entre diferentes nacionalidades, abrangendo a brasileira, a uruguaia e a palestina.

Com esta questão principal, a pesquisa buscou analisar o contexto migratório das mulheres palestinas que residem atualmente na fronteira em estudo. Por meio da identificação dos fluxos migratórios de mulheres palestinas, construímos uma cartografia sobre as suas motivações e percepções, bem como seus espaços de sociabilidade dentro

do território fronteiriço. E, em que medida as categorias gênero, identidades e imigração estão articuladas.

Neide Patarra (2005) enfatiza a importância dos estudos sobre migrações internacionais que, “no contexto da globalização tem sido, na verdade, objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, significados e implicações” (2005, p. 23). Ressaltamos que, diante do atual cenário mundial, torna-se importante o desenvolvimento de estudos que venham a intensificar e aprimorar a política de migração. Por isto, justifica-se que este estudo busque compreender a imigração de mulheres na região de fronteira, através do fluxo migratório árabe-palestino, que migraram de seu país de origem rumo ao país de destino, no caso, a fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Ressalta-se a questão do gênero com base na importância de estudar o fluxo migratório de mulheres. Para Assis (2007), esta importância se dá porque, no século passado, suas experiências migratórias não foram tratadas como objetos de análise; contudo, os dados demonstram não apenas a presença feminina nos fluxos do início deste século, mas também o crescimento da participação nas migrações internacionais na segunda metade do século XX, apontando para um fator crucial para entendermos essa invisibilidade: a perspectiva teórica presente nos estudos de migração até o início dos anos de 1970 ignorava as diferenças de gênero, raça e etnia.

O aumento da participação de mulheres no contexto migratório decorre de um crescimento das migrações internacionais no século passado e aponta para as diferenças entre os fluxos migratórios, como por exemplo, os migrantes contemporâneos contam com um sistema de comunicações e de transportes mais baratos e eficientes do que seus antecessores, o que diminuiu as distâncias e tornou mais frequente o contato entre a sociedade de origem e a sociedade de destino.

Considerando os achados de pesquisa de Esteves de Calazans (2009) a autora identifica em sua categoria analítica *migrações* o nível de envolvimento, de integração com as comunidades, o grau de cooperação interna e das relações com a comunidade de origem à rede constituída. Desta forma, destacam-se as relações estabelecidas e as atividades desenvolvidas e os processos de construção das identidades.

A partir de uma aproximação com o campo, constatou-se que a migração palestina teve início com a criação do Estado de Israel em 1948. Neste período, a comunidade palestina deixou o seu país de origem, e alguns membros vieram a migrar para o Brasil e o Uruguai. Uma parcela destes deslocou-se para a fronteira, fixando

residência nas cidades gêmeas de Chuí-Chuy. A biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) salienta que a partir de 1970 teve início um grande fluxo de árabes, principalmente palestinos, para esta fronteira, que atualmente integra a vida econômica, social e política destas cidades.

Identificou-se que nesta fronteira há em torno de 400 pessoas da comunidade árabe palestina e em torno de 150 mulheres entre migrantes e descendentes. Ainda foi retratado pela Câmara de Vereadores do Chuí que, nessa cidade, há um clube árabe como espaço de sociabilidade desta comunidade e que, neste momento, está em construção uma mesquita. Outra peculiaridade desta migração é quanto à expedição de seus passaportes, que em sua maioria se dá pela Jordânia. Quanto a isso, Denise Fagundes Jardim explica que:

A imigração significava encarar alguns caminhos. [...] os documentos para sair da Palestina ou eram israelenses (o que não dava acesso ao mundo do trabalho nos países árabes) ou, na melhor das hipóteses, jordanianos. [...] Não temos a precisão da burocracia, mesmo para os casos de regularização de papéis no Brasil. Para exemplificar, por trás da regularização de papéis de um jordaniano no Brasil pode haver uma história de uma evasão de uma família palestina que seguiu para a Jordânia e depois enviou seu filho para a América. [...] Uma experiência que é referida pelos informantes, por especialistas em imigração palestina, como uma diáspora. (Jardim, 2006, p. 172)

A fronteira Brasil-Uruguai possui características peculiares. Nas palavras de Pucci (2010, p.30), que deu origem à denominação de senso comum para descrevê-la, trata-se de uma “fronteira viva”. A fronteira Brasil-Uruguai é a fronteira terrestre mais aberta, densa e homogêneamente povoada. Todavia, Jardim (2006, p.174) afirma que todas as cidades de fronteira registram a presença de palestinos e a sua importante relevância no comércio local.

A diáspora Palestina

Culturas diaspóricas, conforme nos explica Hall (2006), não são e nunca serão unificadas porque os sujeitos são produtos de várias histórias e culturas interconectadas, que pertencem ao mesmo tempo a mais de um lugar. Os sujeitos pertencem ao que Hall (2006) denomina culturas híbridas, as quais têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou

a ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico” (p.52). Daí, então, tornam-se irrevogavelmente traduzidas.

A imigração palestina é uma experiência da diáspora. Os efeitos de um conflito que atravessa o século XX torna a migração palestina mais *sui generis*, pelo fato de não possuírem um Estado-nação. Em outras palavras, pela falta de documentos relativos ao pertencimento a um Estado nacional. Por isto, a utilização da expressão “autodenominados palestinos”.

Entretanto, a diáspora palestina se deu por um motivo: o conflito entre Israelenses x Palestinos. O conflito entre Israel e Palestina não é simplesmente um conflito territorial. É um conflito político, violento e excludente. Para a abordagem da questão Palestina utilizou-se como marco teórico, os ensinamentos de Edward Said. Para contextualizar, de forma breve, este conflito, utilizaremos três principais datas para historicizar este embate: 1947, 1949 e 1967. Entretanto, sabe-se que as circunstâncias políticas conflitais as quais a Palestina está envolvida se dão desde 1917, quando o britânico Arthur Balfour, durante a Primeira Guerra Mundial, assinou a Declaração de Balfour, na qual a coroa britânica se compromete com lideranças sionistas a criar um lar nacional para os judeus na Palestina. A partir desta Declaração, teve início os primeiros conflitos entre Palestinos e Sionistas. Em 1922, a Liga das Nações aprova o Mandato Britânico da Palestina, no qual a coroa britânica assume a responsabilidade sobre o território palestino, e então dá início ao seu plano de criação de um lar para os judeus.

Ressalva-se que desde o início do século XX, a ideia sionista baseia-se na expulsão do povo palestino e, conseqüentemente, considera o povo palestino como um povo inferior, e de preferência fora das terras palestinas (Said, 2013).

A criação formal do Estado de Israel, conforme dados de Said (2012), ocorreu em 14 de maio 1948, mas de fato iniciou no ano anterior, em 29 de novembro de 1947, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução 181, a qual aprovava o plano de partilha da Palestina, com a criação de um Estado judeu, um Estado árabe e um território internacional, que seria Jerusalém. Ressalta-se que a presente resolução não se refere à Palestina como um Estado; ela apenas separa o território palestino criando um Estado árabe.

Portanto, a data de 1948 é marcada pela Independência do Estado de Israel, quando Israel é reconhecido com o *status* de Estado. Um dia após a independência de Israel, países árabes vizinhos (Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Líbano e Arábia Saudita) promoveram a criação deste novo Estado, atacando-o. Este foi o primeiro conflito dos

judeus, que terminou em 1949, não só com a sua vitória, mas também com a ampliação do seu território. Em 1967, a Guerra dos Seis Dias.

O que Said (2012) escreveu é que muitos palestinos refugiaram-se/migraram para o Brasil, adquiriram naturalização brasileira, montaram comércios e habitam atualmente, as fronteiras sul do Brasil. Portanto, após este contexto histórico diáspora palestino, a imigração palestina, nas palavras de Jardim (2006), é uma imigração particular, singular, um fenômeno imigratório contemporâneo. Isto porque a autora constatou um interesse dos filhos de imigrantes em dar seguimento às suas tradições, mesmo distante do seu país de origem ou descendência.

A imigração árabe/palestina para Chuí/BR e Chuy/UY

O primeiro fluxo migratório é composto por sua maioria de sírio-libaneses que chegaram à fronteira pelo Porto de Santos e pelo Porto de Montevideú, motivados pela ideia de encontrar na fronteira uma região próspera para atividades comerciais. Deste primeiro ciclo, poucos sírio-libaneses encontram-se vivos, uma vez que esta migração se deu no final do século XIX e início do século XX.

O segundo fluxo migratório também iniciou no século XX, entretanto se intensificou a partir de 1948, com a criação do Estado de Israel, e depois em 1967 com o início de mais um conflito armado entre Israel e Palestina. Este segundo fluxo, historicizado por Jardim (2016), é precisamente de famílias palestinas que migraram forçadamente, conhecida como *Nakba*. A imigração oriunda da Palestina inicialmente apontou para países limítrofes e nos anos seguintes, para lugares ainda mais distantes, como é o caso da opção de muitas famílias palestinas ao optar pela cidade do Chuí, limítrofe do Chuy, encontrando na fronteira Brasil- Uruguai uma oportunidade comercial de se estabelecer.

Em ambos os fluxos migratórios, os sírio-libaneses e os palestinos deram início à vida profissional como mascates. O trabalho como mascate fez parte da rotina da maioria dos imigrantes árabes recém-chegados ao Brasil, e também esteve presente nas fronteiras gaúchas. Segundo Alves (2014), os mascates percorriam casas e fazendas, oferecendo diversos produtos, como roupas, produtos de higiene, utensílios de cozinhas e outros. Este trabalho era árduo, mas era o primeiro passo para juntar uma pequena quantia de dinheiro para abrir um comércio fixo. E estes comércios fixados pelas comunidades árabes, neste caso principalmente as palestinas, deram início à povoação no município de Chuí e,

consequentemente, a sua criação e independência do município vizinho, Santa Vitória do Palmar.

O que torna a fronteira de Chuí e Chuy ainda mais peculiar, além do fato de ser uma cidade binacional, é a presença de outras comunidades que chegaram à região fronteira durante o século XX, oriundas principalmente da Palestina, que mesmo mantendo um forte vínculo com a sua cultura e costumes, adequaram-se à economia e à cultura da fronteira. A comunidade palestina, ao se estabelecer na fronteira em estudo, integrou-se à comunidade fronteira, resultando em um pluralismo cultural nas cidades de Chuí e Chuy. Não obstante, o bom relacionamento com os fronteiriços nem sempre foi imune ao desentendimento ou a estigmas e preconceitos.

Muitos empresários sofreram também algum tipo de preconceito, seja pela religião – a maioria muçulmana – seja pelo sucesso de seus empreendimentos populares e de produtos diversos que acabavam por arrebanhar uma clientela fiel. A partir dos anos 90, outro elemento foi incorporado a esse quadro, com a invasão dos EUA ao Iraque e após o 11 de setembro de 2001 (ASEFF, 2014, s/p.).

No universo desta pesquisa, conforme observações empíricas, todas as famílias palestinas com que se teve contato eram comerciantes, seja do setor de vestuário, calçadista ou então alimentício, por exemplo. Cabe ressaltar que estes comércios também são reconhecidos por possuírem uma grande variedade de produtos. Os estabelecimentos comerciais árabes possuem, também, uma estética própria, com os produtos todos à vista para os consumidores e com imagens e bandeiras que identifiquem a sua cultura e as suas origens.

Cinara Alves (2014) ressalta a imbricação da relação entre a cultura árabe presente no comportamento econômico de imigrantes e descendentes árabes e o desenvolvimento regional da fronteira vizinha – Santana do Livramento/BR e Rivera/UY. Esta análise entre cultura e desenvolvimento reflete no questionamento de como os valores, crenças e costumes influenciam as relações econômicas desta fronteira. A fronteira de Santana do Livramento e Rivera, assim como a de Chuí e Chuy, é formada predominantemente por imigrantes árabes-palestinos, que migraram em consequência da criação do Estado de Israel em 1948.

A relação com o comércio não é algo que os imigrantes árabes trouxeram consigo no processo migratório. Em sua terra natal, a grande maioria retirava seu sustento da

agricultura, mas ao chegar ao Brasil, com a situação agrária estabelecida e com a necessidade de um retorno financeiro a curto prazo, tornaram-se comerciantes e consolidaram-se neste ramo. O grande número de imigrantes árabes ligados ao comércio justifica-se pelas redes de contato e a solidariedade entre eles, que ao chegarem e se estabelecerem em locais rentáveis, mesmo como mascates, indicaram a suas famílias e conhecidos os caminhos a seguir para adquirir estabilidade (Alves, 2014).

Por fim, quanto ao fluxo palestino da fronteira Santana do Livramento/Riveira, este se assemelha ao dos palestinos residentes de Chuí/Chuy. Em concordância com Alves (2014), os palestinos iniciaram trabalhando com a mascateação para, então, abrir seus comércios fixos; além disso, a primeira geração de imigrantes ainda é uma geração reservada, que se integra à comunidade fronteiriça aos poucos, e que preza por seus valores adquiridos na Palestina.

A segunda geração deste fluxo de descendentes é diferente. Se integram na sociedade, participando da vida social, política e econômica das fronteiras e a terceira geração, ainda está nascendo e desde que chegaram e fixaram residência nas fronteiras gaúchas, se adaptaram e contribuíram com o desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços.

Multiculturalismo e identidades

Iniciaremos esta seção com a definição de multiculturalismo e, então, sua conexão com a cultura e os princípios identitários. Buscar uma única definição para a terminologia multiculturalismo é uma adversidade visto que, conforme nos ensina o professor Bas' Iele Malomalo (2017b), multiculturalismo tende a significar uma teoria, uma filosofia, uma política pública, uma doutrina social ou então um movimento cultural. Malomalo (2017b) e Hall (2003) compartilham de que o multiculturalismo possui uma variedade de articulações, ideias e práticas.

O multiculturalismo é plural. Hall (2003) identifica vários tipos de multiculturalismo, sendo eles: o multiculturalismo conservador, que busca a assimilação de culturas; o multiculturalismo liberal, que busca integrar os diferentes grupos culturais a uma sociedade majoritária; o multiculturalismo pluralista, que avalia as diferenças culturais por grupos e concede direitos a estes grupos de diferentes comunidades, dentro de uma ordem política comunitária; o multiculturalismo comercial que pressupõe que se a diversidade cultural for reconhecida os problemas destas diferenças serão resolvidos; o multiculturalismo corporativo que pretende administrar as diferenças culturais das

minorias; e o multiculturalismo crítico ou revolucionário, que enfoca no poder, no privilégio e na hierarquia das opressões e os movimentos de resistência.

Dentro desta perspectiva de Hall (2003), o multiculturalismo é uma ideia questionada. Frisa-se que multicultural não é sinônimo de multiculturalismo. Hall faz essa distinção (2003, p. 52) ao dizer que multicultural é um termo qualitativo e descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade “original”. Já o termo “multiculturalismo” é substantivo e refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais.

Outra premissa para não haver uma sociedade multicultural é se este princípio universalista julgar uma concepção da organização social e cultural em normal ou superior. “O apelo à livre construção da vida pessoal é o único princípio universalista que não impõe nenhuma forma de organização social e de práticas culturais” (p.200). Para tanto, é necessário opor-se às diversas formas de colonização cultural e também opor-se a imposição de determinado modo de vida dominante no mundo. Não podemos mais aceitar este multiculturalismo carregado de discriminação, intolerância, que trata como inferiores aqueles que se distanciam do modelo colonial.

Desta forma, o multiculturalismo aqui tratado é a existência de três culturas distintas em um mesmo território, em outras palavras, a cultura palestina, a cultura brasileira e a cultura uruguaia na fronteira Brasil-Uruguai. A cultura para Hall (2003, p. 44-45) é uma produção, ou seja, não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar e conseqüentemente, neste processo, a migração vem matizando as identidades culturais. Assim, por todo o globo, os processos de migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais e, assim, do próprio globo.

No mundo moderno, conforme Hall (2006), as culturas nacionais em que nascemos constituem-se em uma das principais fontes de identidade cultural, mas são formadas e transformadas no interior da representação. No que tange a esta pesquisa, Hall afirma (2003) que em situação de diáspora, neste caso em decorrência das manifestações de palestinos e pela conservação da sua identidade mesmo com o afastamento da sua terra natal, as identidades tornam-se múltiplas. Malomalo compreende que a cultura, neste

contexto, “é definida do ponto de vista das relações sociais e raciais e de seus contextos históricos” (2017a, p.166).

As sociedades modernas são constituídas com base em mudanças constantes, que se dão de forma rápida e permanente, o que as diferencia da sociedade tradicional. A globalização também impactou as culturas nacionais na construção da identidade cultural, “no mundo moderno as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (Hall, 2006, p. 29), mas para o autor isto é imaginado ou seja, não é algo com que nascemos, e sim são formadas e transformadas no interior das nossas representações. Neste sentido, “as identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas” (Hall, 2006, p. 38).

Esteves de Calazans (apud Mead, 1963; Goffman, 2000,2003; Dubar 1997a, 1998), reconhece que a identidade incorpora as representações do sujeito sobre si próprio e sobre os outros; nesse sentido, é construída em uma dinâmica de interação permanente no qual intervém as próprias representações de si e o olhar do outro.

Por fim, podemos identificar que tanto os sujeitos quanto a sociedade estão em constante transformações, criando e recriando suas identidades, influenciadas pelo meio em que estão inseridas, que neste caso, ao promover o encontro entre diversas culturas na fronteira Brasil-Uruguai, o multiculturalismo confere visibilidade às diferenças étnicas. Os conceitos de cultura são os jogos das políticas identitárias das “pequenas sociedades”, ou seja, apreender a mobilização social das comunidades étnicas. Portanto, nesta abordagem à luz de Hall (2003,2006), Malomalo (2017a) e de Rolnik (1997), a cultura e a identidade são vistas a partir de abordagem sociológica cultural.

Interseccionalidades de Gênero

Gênero é um conceito relacionado às construções sociais, históricas e culturais que sejam características consideradas femininas ou masculinas, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos relacionadas com outras categorias como raça, etnia, classe, sexualidade. A problemática envolvendo gênero se dá a partir de como todas essas características são construídas e o seu lugar dentro de uma sociedade sexista e machista. Todas as características relacionadas à mulher são menosprezadas em comparação com o homem.

Kimberlé W. Crenshaw (2002) utiliza o termo interseccionalidade para designar a interdependência das relações de poder, de raça, de sexo e classe. A interseccionalidade, por Crenshaw (2002), é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, baseando-se na forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdade básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. A interseccionalidade da mulher imigrante palestina pode se entrecruzar com a xenofobia, com o machismo, com a opção religiosa, com a violência patriarcal.

O aumento da migração feminina, a partir de 1970, ocorre em um contexto de crescimento das migrações internacionais a partir da segunda metade do século XX.

A compreensão do processo migratório a partir das redes sociais demonstra a importância das relações de solidariedade construídas pelas mulheres migrantes entre a sociedade de origem e de destino, o que os auxilia nos primeiros momentos da vida em um novo lugar. Os estudos de gênero contribuem para compreender o fluxo migratório de mulheres palestinas, pois a migração, nas palavras de Assis (2007), deixou de ser vista apenas como uma escolha racional, envolvendo-se com as relações sociais em rede, tornando-se uma estratégia de grupos familiares, amigos ou pessoas da mesma comunidade.

As mulheres palestinas são reconhecidas historicamente como transmissoras de cultura, dos valores nacionais e protetoras do núcleo familiar. Porém, estas mesmas mulheres também são vítimas de preconceitos e estigmatizadas por suas crenças, pelo *hijab* (modo de vestir islâmico) e outros paradigmas de vulnerabilidade que caracterizam a sua identidade. Monzón (2017) ressalta que toda a experiência humana tem impactos diferenciados para mulheres e homens e para uma diversidade de identidades de gênero que se entrecruzam em condições históricas, sexuais, socioraciais, étnicas, etárias, de deficiência e de outros meios de opressão, discriminação e exclusão. A categoria gênero constitui-se em uma ferramenta analítica para explicar os fenômenos da realidade social e, em particular, o caso das mulheres migrantes palestinas, as quais questões socioculturais, históricas, econômicas e políticas estão intrinsecamente ligadas aos motivos de sua migração.

Resultados e Discussão

As influências da migração nas cidades de Chuí/BR e Chuy/UY foram observadas até mesmo ao caminhar entre estas cidades pela Avenida Internacional, que separa estes municípios, e pelo município de Chuí/BR, onde concentra-se a maior parte do comércio árabe. Identificou-se muitas demonstrações de nacionalismo, bandeiras penduradas e também de fé, com passagens e provérbios do Alcorão. Sobretudo, os árabes transitam tranquilamente com suas vestimentas, que a olho nu, diferem-se das vestimentas de brasileiros e uruguaios, mas evidenciamos que estas três populações compõem o cenário da integração entre as duas cidades.

Ressalta-se que todas as entrevistadas são de religião muçulmana. Com sete entrevistas realizadas, conclui-se que com as narrativas e exposições adquiridas em diferentes momentos de migração foi suficiente para a análise dos dados. Dessa forma, para um melhor entendimento, foi elaborada uma tabela utilizando os codinomes (E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7) considerando o ano de nascimento e o ano de migração.

Tabela 1

Apresentação das sete entrevistadas

Entrevistada	Ano de Nascimento	Ano de Migração
E1	1969	1991
E2	1980	2015
E3	1961	1968
E4	1963	1978
E5	1956	1967
E6	1944	1968
E7	1961	1968

A transcrição dessas entrevistas e os resultados obtidos serão expostos a seguir, por meio das principais categorias encontradas, considerando os períodos migratórios fundamento pelas suas regularidades e diferenças. Foram estabelecidas categorias de análises a partir de recorrências presentes em todas as entrevistas e que compreendem a migração das mulheres palestinas para a fronteira Brasil-Uruguai, sendo elas: o motivo da migração, a integração na fronteira em estudo, a regularização no Brasil, o combate ao preconceito, xenofobia e o retorno à Palestina.

Motivos da Migração

Quanto aos motivos da migração, foram constatados dois principais motivos que justificam o ato migratório, ou podemos dizer, confirmar os motivos diásporos. Cinco

entrevistadas (E3, E4, E5, E6 e E7) migraram ainda crianças devido à Guerra dos Seis Dias¹ que ocorreu em 1967. As entrevistadas E3, E5, E6 e a E7 migraram se não em 1967, em 1968, ou seja, bem no período crítico entre israelenses e palestinos. Somente a E4 migrou na década subsequente, em 1978; entretanto, nessa época, israelenses e palestinos ainda estavam em conflito - pode-se dizer, aliás, que o conflito dura até o presente momento. Todas migraram com seus pais, devido aos perigos de morte que estavam sofrendo. Confirmamos que o fluxo árabe-palestino para o sul do Brasil não foi uma migração planejada. Ao questionar como foi o planejamento da vinda ao Brasil, todas responderam que não houve planejamento, que houve de fato uma expulsão pelos judeus. E em alguns casos, os pais vieram antes, trabalharam com mascateação e só aí, então, trouxeram suas famílias, como foi o relato de uma das entrevistadas:

- O planejamento foi que os judeus nos expulsaram. Meu pai já estava no Brasil. Meu pai na verdade, eu tinha 2 meses quando ele veio para o Brasil, fui conhecer meu pai pela primeira vez, tinha 9 anos. Ficou um tempo e voltou pro Brasil, aí depois de alguns meses, minha mãe veio pro Brasil, com todos os seus filhos. (E5)

O outro relato, assemelha-se com este:

- Eu vim pra cá pequena, porque meu pai né, como de fato eu tava te contando antes, que ninguém sai do lugar porque quer, sai por um motivo né. Então foi que o motivo que fez com que o meu pai abandonasse seu país, suas terras, por conta de guerras, então saiu da Palestina. E, a Palestina foi dominada né de 1948, depois 1967 pegaram o resto, então tem aquele da Nakba, o retorno e tal. Até hoje tá acontecendo, não sei se vocês acompanham o problema da causa Palestina até hoje isso acontece. Então o meu pai achou melhor vir pro Brasil, porque a gente

¹ Conflitos entre Israel e Palestina se estendem desde a década de 1940. Foram motivados pela disputa territorial travada pelo controle da Palestina. E têm como raiz o surgimento do movimento sionista. Em 1967, foi iniciada a Guerra dos Seis Dias, após ataques de Israel contra a Síria. Em apenas seis dias, os israelenses tomaram a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, as Colinas de Golã da Síria, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia. Mesmo com a resolução posterior da ONU em que Israel deveria devolver tais territórios, eles continuaram sob seu domínio por um bom tempo.

Em ambos os casos, além do relato dado pelas entrevistadas E3, E4, E5, E6, e E7, as guerras entre palestinos e judeus, principalmente a que ocorreu em 1967, observa-se nos relatos dessas mulheres a figura de mulheres mães palestinas, que resistiram e cuidaram de seus filhos na Palestina, enquanto seus maridos trabalhavam no Brasil, com o intuito de trazê-las para também viver no Brasil. Ou seja, as relações familiares, o núcleo familiar, é uma categoria predominante na vida das mulheres palestinas, interferindo em todas as suas decisões. As mulheres palestinas entrevistadas são mães e demonstraram uma combinação de zelo, cuidado e dedicação com seus filhos e família. Em todas as entrevistas, os filhos foram citados. O outro motivo da mobilidade palestina está presente em um fluxo migratório mais recente, sobretudo porque a questão da Palestina segue em um movimento diaspórico contemporâneo. Logo, as entrevistadas que migraram nos anos de 1991 e 2015, que compreende as entrevistadas E1 e E2, respectivamente, a motivação da vinda para o sul do Brasil é o casamento. Ambas migraram da Palestina para o Brasil, vindo direto para a fronteira, em decorrência de seus casamentos com homens que já residiam no Chuí/BR. Quando questionamos o planejamento e o motivo da saída da Palestina:

“- Ora, porque casei com um árabe que já estava no Brasil, e ele tava trabalhando aqui mesmo e por isso cheguei com ele. (E1)”

E a outra entrevistada, relatou a mesma causa: “- Pela minha família, eu casei e meu marido estava aqui trabalhando, e aí ele me trouxe para aqui com a família. (E2)”

Mas esse motivo migratório não foi único. A E6 migrou por duas razões: o conflito que se enraizou na Palestina em 1967 e o seu casamento. E6 migrou com casamento marcado, desembarcando em São Paulo e, em 15 dias, casou. Uma curiosidade é que o casamento em 1968 se deu com a documentação em árabe. Devido a isto estavam com dificuldade na questão da naturalização, então o cartório de Santa Vitória do Palmar/RS se solidarizou, depois de muitas tentativas, e enviou a certidão para ser traduzida e, então, casaram no Brasil e conseguiram a naturalização.

Outra análise interessante é que os casamentos das entrevistadas têm alguns longos anos: por exemplo, a E1 está casada há 27 anos, E6 mantém o casamento há 50 anos e a E7 possui 32 anos de casamento. E todas retrataram essa característica de casamentos realizados em curto espaço de tempo e duradouros. Porém, ao constatarem essa observação, nenhuma soube explicar este fenômeno, exceto que para eles é natural mesmo tendo consciência de que se conhecem e se casam em um curto período de tempo.

Ademais, somente uma das entrevistadas atualmente não é casada com um homem de origem árabe, entretanto, a mesma é viúva de um homem árabe. Desta forma, as diferenças dos motivos migratórios se dá conforme a época da migração, ou seja, as mulheres que migraram em momentos críticos do conflito, migraram ainda crianças ou adolescentes com seus familiares. Sobretudo, todas as entrevistadas casaram/estão casadas com homens árabes ou de origem árabe, demonstrando assim, uma singularidade nos arranjos matrimoniais da comunidade palestina e dessa forma, os casamentos geracionais passam a se colocar como ponte entre a comunidade de origem e de destino.

Percebe-se que a imigração palestina não é exatamente uma livre escolha, tampouco somente motivada por questões econômicas de sustentação familiar. A diáspora palestina segundo as entrevistadas é produzida em decorrência do conflito e ocupação do território palestino por parte do Estado de Israel. Isto posto, observa-se na fronteira Brasil-Uruguaí, práticas, costumes e tradições, trazidas pelas primeiras gerações de palestinos que chegaram à fronteira sul do Brasil. Bem como as famílias instaladas na linha Brasil-Uruguaí colocam-se como território de circulação de vínculos familiares, de outras gerações, de um ir e vir nessa tríade Brasil-Palestina- Uruguaí.

Multiculturalismo na Fronteira Brasil-Uruguaí

O ir e vir entre os Estados do Brasil e do Uruguaí é uma constante para os moradores do Chuí/BR e do Chuy/UY, ainda mais que para “trocar” de país, basta dar poucos passos, sobretudo porque as Aduanas, tanto a brasileira quanto a uruguaia, não ficam entre estas cidades. Como já apurado, o município de Chuí/BR possui uma comunidade árabe, sobretudo Palestina, já consolidada no local. A grande maioria das famílias palestinas reside no Chuí/BR, mantém seus comércios neste município e muitas vezes, reside no segundo andar. A chegada ao Chuí/RS se deu por meio das redes de comunicação entre os próprios árabes.

Com a entrada principal pela cidade brasileira de São Paulo/SP (as mais antigas via Porto de Santos e as novas já de avião), foram se comunicando com familiares e conhecidos que já haviam migrado e, então, vieram para a cidade portuária de Rio Grande/RS e, com a sua primeira profissão no Brasil, a mascateação, vieram mascateando pela campanha, conhecida como o Bioma Pampa, e então chegaram ao município fronteiro de Chuí/RS e ali, viram uma boa oportunidade de fixar comércio e residência. Salienta-se que muitos possuem familiares em São Paulo/SP e em Rio Grande/RS.

A E6 foi uma das primeiras palestinas a chegar na fronteira e percorreu esse trajeto mencionado acima. Desembarcou em São Paulo/SP, indo depois para Pelotas/RS e Rio Grande/RS, e depois veio para a fronteira; ainda inicialmente, residiu em Santa Vitória do Palmar/RS entre 1968 e 1969. Ao questionar a quantidade de palestinos na fronteira, e o motivo desta comunidade, bem como o início desse fluxo árabe para a fronteira, diz:

- Tem, mas não tava assim, tava bem pouco. Era uma casa aqui, outro lá. O único que tava comércio naquela época, era o X e aquela casa que vendia sapato. Não tinha nada, era tudo campo. Esse X era palestino e já faleceu, e a casa que vendia sapato não lembro o nome, acho que era xxxx. Ele convidava nós pra almoçar lá, quando nós chegamos. E, lá não tinha nada, nada, era muito pequeno. Quando eu vim pra cá, em Santa Vitória, era tudo areia, só tinha coisas na volta da praça. Quando eu vim pra cá, tavam fazendo a estrada, entendeu? Mudou muito.(E6)

A E5 com o trajeto semelhante da E6, entretanto esta entrevistada chegou a residir por um tempo em São Paulo/SP. Ao questionar a sua trajetória e o motivo de escolha do Chuí/BR, diz:

- Primeiro porque eu morava em São Paulo, aí me casei e vim morar em Santa Vitória e morei 11 anos e meio em Santa Vitória, aí fiquei viúva e aí meu irmão veio de São Paulo trabalhar aqui no Chuí, aí vim pra cá e compramos um terreno e construímos onde eu moro. (E6)

Por conseguinte, a fronteira em destaque tampouco era habitada, quiçá havia um desenvolvimento comercial na década de 60 e 70. A E6 refere que fora na década de 80, após perder o marido e então, chamar o seu irmão para iniciarem um novo comércio na cidade de Chuí/BR, sendo eles, um dos precursores do comércio da região.

Este relato demonstra que foi a partir da rede de familiares e conhecidos árabes que o município de Chuí/RS foi se consolidando. Relembrando que nesta época, Chuí/RS pertencia ao município de Santa Vitória do Palmar/RS, o qual emancipou-se em 1995. A constatação de que foi na década de 80 que se deu o crescimento comercial da região com a migração palestina para o Chuí, veio dos relatos da E4, que chegou ao Chuí/RS em 1984, da E6 que mudou-se para o então distrito Chuí/RS em 1985 e pela E3:

- Viemos para São Paulo/SP e depois para o Rio Grande do Sul. Nós viemos para o Chuí, já te digo, em 1989 devido ao comércio, a fronteira que estava bombando

a nível comercial. O Chuí era uma das melhores fronteiras da época do Brasil. Chuí e Uruguaiana. (E4)

Com estes dados, podemos perceber que a comunidade palestina se solidifica no Chuí/RS na década de 80, entretanto décadas antes já se encontravam palestinos nesse território, como relato anterior de E6. Quanto à relação entre todos os moradores desta cidade binacional, todas as entrevistadas deram relatos positivos.

Ao entrevistar a E4, ao chegar no seu local de trabalho, sem agendamento prévio, a mesma estava conversando com uma amiga uruguaia e a questionamos sobre como ela percebia a fronteira, o fluxo palestino e a proximidade entre brasileiros, uruguaios e palestinos. Ela comentou que todos se dão bem, porque convivem nos mesmos lugares. Para a E3, tanto os brasileiros quanto os uruguaios aprenderam a conviver com os palestinos de forma amigável.

- Nós ensinamos bastante, eles aprenderam bastante. Eles respeitam, eles tem curiosidade de conhecer, eles vão as nossas festas, eles conhecem o Ramadã que é o mês sagrado que já está por começar. Como eu vou te dizer, eles valorizam e têm vontade de conhecer, se abrem para qualquer um que vem perguntar, e tem mais, o respeito deles a nossa religião e ao nosso costume é o que mais vale aqui. (E4).

Frente a isso, os espaços de convivência e sociabilidade frequentados pelas mulheres palestinas na fronteira, resumem-se ao clube árabe da localidade, que foi fundado por um palestino. Junto ao clube árabe, há um cemitério muçulmano e, atualmente, está em construção uma Mesquita. Entretanto, o clube árabe é o lugar em que se realizam suas festas, seus casamentos e também suas orações. O clube é frequentado por todas as entrevistadas que residem na fronteira, e ao questionar a frequência:

- Sempre! Nós temos o clube árabe e ali a gente comemora as festas. A nossa sociedade não é só exclusiva para os árabes², a gente aceita brasileiros, uruguaios, e de tudo um pouco. E agora estamos terminando a mesquita. (E4).

Ao questionar se o clube era aberto a visitas: “- Sim, é aberto. O palestino aqui, o árabe recebe seja o uruguaio, o brasileiro, os estrangeiros de qualquer. Nós somos abertos, para que conheçam inclusive a nossa cultura e os nossos costumes.” (E4)

² Os grifos nos relatos são das autoras.

O acolhimento na comunidade de destino passa a ser um atributo que mantém a mobilidade entre as comunidades. Correspondendo assim ao sul do Brasil como um território multicultural, na coexistência de várias culturas em um mesmo território.

Preconceito e à Xenofobia

Com as entrevistas realizadas na fronteira Brasil-Uruguai, foi uma surpresa de que estas mulheres residentes fronteiriças nunca haviam presenciado ou vivenciado algum ato de preconceito, discriminação ou xenofobia. Esta postura, pode-se justificar pelo fato de os municípios de Chuí/BR e Chuy/UY formarem uma cidade binacional de pequeno porte, praticamente fundada por árabes-palestinos. E, na qual os palestinos se consolidaram enquanto residentes, como população que detém grande poder econômico na região. Ou, ainda, a negação do racismo, da xenofobia. Uma das questões presentes no roteiro de entrevistas utilizado, era como as mulheres palestinas achavam que os brasileiros e os uruguaios as viam, ou seja, como elas percebiam essa relação, esse reconhecimento por parte delas. Todas afirmaram que a visão dos brasileiros e uruguaios com relação a elas é positiva, entretanto, suas vestimentas às vezes causam um certo estranhamento aos uruguaios.

- Às vezes só quando viajamos para dentro do Uruguai assim, tipo eles acham meio estranho assim, a nossa roupa, o véu. Mas aqui como já estão acostumados, não.(E1).

Entre as mulheres entrevistadas na fronteira, somente uma não utilizava o *Hijab*. Quanto a isso, perguntamos porque algumas mulheres utilizavam e outras não:

- Eu sou muçulmana, não muito praticante né. O fato de eu ser muçulmana, não quer dizer que eu sou obrigada a usar o véu né, que muita gente também né, acha que é muçulmana, nasceu muçulmana então tem que usar o véu. Não é verdade, não é verdade porque a pessoa usa o véu no momento que ela se sente pronta pra usar o véu né, é isso que Deus fala, tá pronta pra usar o véu, então você usa o véu. (E7).

O sentir-se pronta para utilizar o véu, segundo as mulheres entrevistadas, corresponde ao que está escrito no seu livro sagrado, o Alcorão, ou seja, as mulheres

muçulmanas que estudam o Alcorão e dedicam-se aos seus ensinamentos religiosos, sentem-se prontas para utilizar o *Hijab*. Entretanto, conforme o relato das entrevistadas, condiz a si, a opção de utilizar ou não.

A E1 não foi a única que demonstrou que para a população uruguaia, elas causam um certo estranhamento, principalmente pelas suas vestimentas. Este sentimento, foi retratado por E5:

- Com o brasileiro não, mas para o uruguaio é uma novidade, porque no Uruguai não tem muito muçulmano como no Brasil. No Brasil me sinto à vontade, não tem diferença e as pessoas são mais cultas. É muito diferente, porque no povo Uruguai eles são fechados, porque não tem mistura de raça no Uruguai, por isso que ele é fechado. Não é como no Brasil que tem migração por tudo que é parte. Se você for analisar tudo, vai ver que é descendente de alemão, italiano, português, chinês, coreano, árabe, judeu, espanhol. De toda raça você encontra aqui, então por isso não tem esse constrangimento de raça, todo mundo é igual, as pessoas são mais solidárias, parece. (E5).

Compreende-se estes dados pelo fato da fronteira entre Chuí/BR e Chuy/UY já ter se consolidado multicultural, e os espaços de trânsitos destas mulheres serem espaços nos quais o reconhecimento já foi conquistado.

Outra hipótese para esta constatação de que as mulheres palestinas entrevistadas não são alvos de discriminação, preconceito ou xenofobia é a possibilidade destas mulheres terem assimilado a ideia de que vivemos em uma democracia racial, em outras palavras, por já estarem assimiladas a cultura da ideia da democracia racial no Brasil, diferente do Uruguai que não possui esta concepção. Para Munanga (2018), o mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro, que constrói-se com base na negação do racismo, ou seja, de que não existe racismo no Brasil e portanto, as mulheres palestinas entrevistadas talvez não percebam atitudes discriminatórias, racistas e/ou xenófobas.

No que diz respeito à religião islã, foi identificado preconceito, mesmo não sendo expressamente falado por elas. Todas as entrevistadas se declararam muçulmanas, ou seja, aderiram ao islamismo, que é uma religião monoteísta centrada na vida e nos ensinamentos do profeta Maomé. Entretanto, conforme nos relata a E7, o islamismo é erroneamente vinculado a atentados terroristas, sobretudo após o marco mundial de 11 de

setembro de 2011 nos Estados Unidos, o que acarreta em atos de intolerância religiosa com as mulheres brasileiras que se convertem a esta religião, isto é, a sociedade “aceita” os imigrantes muçulmanos, mas não aceita as mulheres brasileiras que convertem-se para a religião, conforme nos conta a E7:

- O que que acontece aqui também, que dentro dessa frente parlamentar nos percebemos e as pessoas nos procuraram: são mulheres brasileiras que se converteram ao Islã, aí elas recebem preconceito, elas saem do emprego, mandam embora porque querem usar o véu né, agora quando meu vizinho, a população sabe que eu sou de lá, da palestina, tô usando o véu, eu tenho mais respeito, entendeu. Agora, as pessoas que se convertem, eles não aceitam, que se tá se juntando a esses terroristas, então o preconceito que a gente sofre é em cima disso aqui.

Existiu até para as minhas filhas, né, pelo fato delas serem brasileiras, mas elas têm o nome árabe. Aí nas escolas as vezes os colegas, com as brincadeiras idiotas de a mulher bomba, mulher terrorista, essas coisas né, então o meu trabalho, na minha trajetória da minha vida foi quando acontece isso nas escolas ou em faculdades eu ir até lá e explicar para essas pessoas que são mal-informadas, que escutam o que, não sei da onde, da globo (risadas), terrorismo, não sei o que. Então eu faço questão de ir até lá, explicar para essas crianças, esses adultos que não é bem assim. (E7).

Ao questionar como a E7 enfrenta estas adversidades, ela contou que ia nas escolas e explicava para as pessoas desinformadas desse assunto, conhecessem a sua religião, a sua cultura, aprendessem a conhecer o outro. Cabe ressaltar que E7 vive na capital, em área central do Rio Grande do Sul, Brasil, e é liderança no Movimento de Mulheres Palestinas.

Por conseguinte, percebemos nas falas e exemplos deste item, que há discriminação, sim, mesmo que velada. Podemos justificar isto com base no mito da democracia racial brasileira. Por ora, a discriminação e o racismo existem e devem ser encarados e combatidos. Por outro lado, observa-se a busca do diálogo por aquela discriminada, como forma de estabelecer um espaço harmonioso às diferenças. Talvez a liderança do Movimento de Mulheres Palestinas por viver na capital e por defender os direitos e garantias fundamentais

das mulheres palestinas, como ativista da causa tenha mais facilidade de identificar as situações de xenofobia sofridas por mulheres palestinas.

Para Munanga (2014), a construção de uma verdadeira democracia parte do reconhecimento e do respeito às diferenças, tema este que é pautado em discussões em todo o mundo, porque para o autor, tanto as migrações seculares combinadas com o tráfico negreiro e a colonização de territórios invadidos, quanto as migrações pós-coloniais, combinadas com as perversas faces do capitalismo e da globalização, criam problemas na convivência pacífica entre os diversos e os diferentes, sobretudo no aspecto cultural, que se traduzem em práticas racistas, preconceituosas, xenófobas e/ou intolerantes religiosamente.

Munanga (2014) presume a importância e a urgência de que todos os países do mundo implementem políticas que visem o reconhecimento e o respeito às diferenças, centradas na educação de todos, formando então uma nova cidadania através de uma pedagogia multicultural que contribuirá para a construção de uma cultura de paz.

Considerações Finais

Como apontado ao decorrer deste artigo, as culturas são construções que se transformam constantemente. Nesse sentido, tanto Munanga (2014) quanto Touraine (1998) compartilham da ideia de que uma sociedade ter uma única cultura, seja ela religiosa, étnica ou outra singularidade, não é possível, pois somos múltiplos e em constante transformação.

Munanga (2014) afirma que a maioria dos países ocidentais pratica o racismo para com dois grupos determinados: o racismo antinegro e o racismo antiárabe, mas sem recorrer aos conceitos de raças superiores ou inferiores, mas sim, na concepção das diferenças culturais e identitárias.

Quanto à diversidade e à coexistência de um Estado de diversas nações, Munanga descreve: “cada uma dessas nações corresponde a uma comunidade histórica ocupando um dado território e partilhando, nesse território uma língua e uma cultura distinta.” (2014, p.42). Dessa forma, a cidade binacional em estudo refere-se a um território habitado e partilhado por três singulares populações, que possuem uma língua e uma cultura distintas originárias da imigração palestina.

Podemos verificar que o contexto migratório no qual as mulheres palestinas estão inseridas, é de que a sua migração é um processo diaspórico, ou seja, fruto do conflito que assombra-os até os dias atuais, entre Israel e Palestina. E a escolha da fronteira Chuí-

Chuy, se motivou pelas redes de sociabilidade criadas entre as próprias famílias palestinas, chamando seus familiares e amigos para trabalhar nesta fronteira. A partir desta constatação, conseguimos identificar estas redes construídas entre a comunidade de origem e a comunidade de destino, sendo o casamento uma destas pontes. Pode-se perceber também as relações de solidariedade e afeto entre as mulheres palestinas, tanto no meio laboral, quanto nos espaços de lazer.

Com relação às peculiaridades vividas na fronteira seca dos municípios de Chuí e Chuy, pode-se aferir que existe, sim, uma relação multicultural, baseada no respeito e na educação pelos que ali residem. Conforme relatos das entrevistadas, tanto os brasileiros quanto os uruguaios aprenderam a conviver e criaram laços de afeição aos palestinos e com a sua cultura, demonstrando interesse em conhecer seus costumes. Além disso, os fortes laços culturais destas famílias palestinas nesta fronteira, revigoram ainda mais as relações com a comunidade de origem, fortalecendo seus vínculos religiosos com o Islã e as suas identidades culturais e pessoais.

Além disso, é possível identificar relações históricas, sociais e comerciais estabelecidas entre os municípios em questão. A comunidade árabe-palestina, ao migrar e estabelecer-se na fronteira em estudo, integrou-se à comunidade fronteiriça, resultando em um pluralismo cultural nestes municípios, ao unir a cultura brasileira, a cultura uruguaia e a cultura árabe em um mesmo espaço geográfico. Foi identificado que as interações sociais humanas que se criam em um espaço geográfico delimitado próprio, como é o caso das cidades gêmeas da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, são vistas pela população como uma só cidade.

A fronteira geográfica é vivenciada por essas mulheres como um espaço comum binacional e não como um limite internacional de Estados.

A fronteira em estudo foi ressignificada. Pensar cultura, diferenças, relações entre os sujeitos é compreender as distinções entre os personagens deste campo, sem dissipar as suas distinções, ou seja, é o processo de conceber as diferenças como diversidades e pluralidades culturais, que conseqüentemente precisam ser respeitadas para que haja uma convivência multicultural pacífica, convertendo-se em um espaço de respeito para os habitantes de Chuí/BR e Chuy/UY.

Referências

- Alves, C. N. & Cadoná, M. A. (2015). Imigração árabe e comércio de fronteira: uma análise da influência da cultura nas atividades comerciais desenvolvidas por imigrantes árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). *Redes*, 20(3), 63-80. doi:10.17058/redes.v20i3.6719
- Alves, C. N. (2014). *Cultura árabe e desenvolvimento econômico em regiões fronteiriças do sul do Brasil: a presença árabe no comércio de Santana do Livramento (Brasil) / Rivera (Uruguai)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS). Recuperado de <http://hdl.handle.net/11624/763>.
- Aseff, L. C. (2014). Um olhar sobre a presença árabe na fronteira. *Estudios Historicos*, 6(12), Recuperado de <https://estudioshistoricos.org/12/artigo%20liane%20chipollino%20julio%202014.pdf>.
- Assis, G. O. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas* 15(3), 745-772, doi:10.1590/S0104-026X2007000300015
- Assis, G. O. & Sasaki, E. M. (2000). Teorias das migrações internacionais. In XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, MG: ABEP.
- Bento, F. R. (Org.) (2012). *Fronteiras em Movimento*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Calazans, M. E. (2009). *Policiais migrantes: Identidades profissionais em movimento*. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS). Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10183/25753>.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1),171-188. doi:10.1590/S0104-026X2002000100011
- Jardim, D. F. (2009). "As mulheres voam com seus maridos": a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. *Horizontes Antropológicos* 15(31), 189-217. doi: 10.1590/S0104-71832009000100008
- Jardim, D. F. (2016). Imigrantes ou Refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. *Horizontes Antropológicos*, 22(46), 243-271. doi:10.1590/S0104-71832016000200009
- Jardim, D. F. (2006). Os imigrantes palestinos da América Latina. *Estudos Avançado*, 20(57), 171-180. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10154>.
- Jardim, D. F. (2003). Palestinos: As redefinições de fronteiras e cidadania. *Horizontes Antropológicos*, 9(19), 223-243. doi:10.1590/S0104-71832003000100010
- Malomalo, B. (2010). *Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: Políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009)* (Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP). Recuperado de <https://abpn.org.br/banco-de-teses/repensar-o-multiculturalismo-e-o-desenvolvimento-no-brasil-politicas-publicas-de-aco-es-afirmativas-para-a-populacao-negra-1995-2009/>.

Munanga, K. (2014). A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. *Crítica e Sociedade*, 4(1), 34-45. Recuperado de Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/26989/14725>.

Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Said, E. W. (2012). *A questão da Palestina*. São Paulo, SP: UNESP.

Recebido em 01 de outubro de 2023

Aprovado em 02 de novembro de 2023

Márcia Esteves de Calazans: Psicóloga. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). marcia.calazans@ulbra.br

Emilia Piñeiro: Bacharel em Direito. Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Doutoranda em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). emiliapineiro@gmail.com

Endereço: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Avenida Farroupilha 8001. Prédio 14. Canoas/RS. CEP 92425-900.